



associação para a
promoção e desenvolvimento
da Sociedade da Informação

APDSI apresenta o estudo “O Estado da Arte na Gestão Documental em Portugal”

O trabalho foi elaborado pelo GID sob coordenação de Rafael António e Beatriz Guimarães

Lisboa, 17 de novembro de 2016 - A APDSI apresentou, a 8 de novembro, no Auditório da Torre do Tombo, em Lisboa, o estudo “O Estado da Arte na Gestão Documental em Portugal”, da responsabilidade do Grupo de Informação Documental (GID), que tem vindo a acompanhar as boas práticas da Gestão Documental. O local foi escolhido porque acolhe, atualmente, 18 milhões de documentos e 500 mil imagens.

O grupo de trabalho de Gestão de Informação da APDSI realizou um inquérito, que contou com cerca de 300 respostas, e onde foram entrevistados 40 técnicos de vários setores, que permitiu obter uma visão da situação. Numa nota introdutória, **o GID considera que, com a desmaterialização surge a necessidade de urgente legislação para certificar os sistemas que venham a ser instalados nos organismos.** Numa sociedade que se quer democrática, a transparência é importante na preservação da memória que vamos criando todos os dias.

Na maioria dos casos, a importância da Gestão Documental só é reconhecida quando a organização enfrenta problemas no acesso permanente a documentos com informação.



Sessão de abertura da apresentação do estudo

O estudo conclui que a adoção de práticas de Gestão Documental desajustadas pode acarretar diversos riscos e custos acrescidos para as organizações, como a visão centrada nos documentos, ignorando os processos em que se enquadram; a utilização de sistemas de gestão de correspondência em vez de sistemas de gestão de documentos e processos; a ausência de interoperabilidade com os restantes sistemas e de mecanismos de certificação fiáveis a longo prazo; a falta de uniformização nas formas de descrição de documentos e, em última análise, a ausência de políticas de preservação digital.

Para a maioria dos entrevistados, cuja opinião o estudo da APDSI reflete, o Sistema de Gestão Documental deve incorporar a gestão dos processos, constituindo um ativo estratégico, que ainda é pouco valorizado; mas a falta de interoperabilidade dos Sistemas de Gestão Documental existentes limita muito a liberdade de escolha dos utilizadores. Já a maioria dos entrevistados da área pública conhece as normas e tenta aplicá-las, mas na área privada as normas são desconhecidas; as principais dificuldades são a resistência à mudança dos recursos humanos e falta de envolvimento das chefias e, **numa nota positiva, a maioria das entidades que utiliza um Sistema de Gestão Documental considera que obteve ganhos e redução nos custos.**

A APDSI alerta, contudo, que é preciso um levantamento das necessidades para identificar os requisitos, antes de se adquirir uma solução informática, tendo em conta que recursos a instituição dispõe e qual a interoperabilidade pretendida. Do ponto de vista da Gestão Documental é muito importante considerar-se os requisitos do MoReq 2010 - Requisitos Modulares para Sistemas de Documentos de Arquivo e os princípios da norma ISO 15489:2016.



Painel final de debate moderado por Mickael Pereira

No painel destinado à análise do estudo e debate dos resultados, **Pedro Penteado, da DGLAB - Direção Geral do Livro e das Bibliotecas**, começou por referir o interesse em conhecer os resultados do inquérito com mais detalhe, eventualmente para analisar o que diz respeito à Administração Pública. **Constata as debilidades a nível nacional que mostram como está muito por fazer, em particular a aplicação de boas práticas.**

A par da necessidade de outra visão na liderança das organizações reconhece o importante papel da formação dos vários atores envolvidos na gestão documental.

As limitações de natureza legal são o que mais dificulta avançar para a desmaterialização.

Referiu-se ainda à importância de ter em conta que o nível de sensibilização dos recursos humanos é baixo, pelo que é preciso alargar a sensibilização, não só entre os organismos públicos mas também aos privados. A obrigatoriedade da adoção de boas práticas foi também defendida por Pedro Penteado.

Fernando Pinto, da Câmara Municipal do Porto, partilhou a experiência da autarquia em matéria de gestão documental para sublinhar que **«se houver uma definição do que queremos, a ferramenta vai-se adaptar**, é o exemplo que nós temos. Na Câmara para cada projeto, a cada três ou cinco anos, o retorno do investimento é avaliado».

Deu grande importância à constituição de equipas interdisciplinares – informáticos, administrativos e arquivistas nos projetos de gestão documental de forma a que as aplicações sejam adequadas para o utilizador final.

A falta de legislação poderá ser compensada com adoção de normas e boas práticas, com destaque para a interoperabilidade entre sistemas

Maria João Marques, gestora de projeto na AMA - Agência para a Modernização Administrativa - não se mostrou surpreendida com a conclusão de que a Administração Pública esteja mais sensibilizada para esta matéria reconhecendo que as limitações em recursos humanos qualificados é um fator preocupante. A AMA tem-se preocupado com a interoperabilidade semântica e técnica, estando em curso várias experiências com destaque para o exemplo o processo de cartão de cidadão.

Aceita que **a prioridade à interoperabilidade para a troca de documentos deve incluir no futuro a preocupação com a perspetiva de integração/migração entre soluções de diferentes fornecedores.**

Zaida Chora, da ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública - conclui que o sistema não deve estar só na mão dos arquivistas mas de vários especialistas que garantam que a documentação foi arquivada de acordo com as boas práticas. «É preciso trabalhar em conjunto para que o sistema dê uma boa resposta. A partilha de documentação melhora o acesso à sociedade da informação», refere Zaida Chora, enquanto reconhece que, em matéria de gestão documental, a Administração Pública tem sido vítima dos ciclos de governação.

A gestão documental e o arquivo têm sido vistos como um fim, e portanto apenas considerados no final da cadeia, quando deixa de ser necessário para o negócio. **Tem-se confundido a gestão documental com o expediente e arquivo quando, para uma mudança efectiva, se requer a intervenção na génese da produção das evidências – as actividades dos processos de negócio.**

Sendo uma atividade dirigida ao utilizador final, sem a presença dos especialistas de arquivo, a gestão documental tem de ser simples para cada um preencher a informação adequada.

Pedro Guimarães foi a voz do setor privado, enquanto representante do Novo Banco, e acredita que a gestão documental tem de ser algo completamente integrado nos processos, garantindo a interoperabilidade entre as diversas áreas com a maior facilidade possível na pesquisa e colocação dos documentos no arquivo. A banca tem de respeitar muita legislação e seguir procedimentos com regulamentação exigente pelo que a gestão documental é uma preocupação fundamental.

Mas só com a integração nos processos de negócio é que se torna possível garantir a desmaterialização dos documentos. Apesar de se desejar caminhar para a desmaterialização total, tanto na banca como na administração pública há muito caminho a percorrer. A análise do risco é essencial para decidir o que ainda é necessário manter em suporte analógico

O estudo está disponível no site da APDSI em www.apdsi.pt.



Rafael António foi um dos coordenadores do estudo

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objetivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas atividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da atualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Eletrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

Para mais informações contacte:

APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C - Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

Site: <http://www.apdsi.pt>

Blogue: <http://portugal-si.blogspot.pt/>

Facebook: <http://www.facebook.com/apdsi.portugal>

Twitter: <https://twitter.com/apdsi>